

**A COMPETITIVIDADE EXTERNA DA AMÊNDOA DE CASTANHA DE CAJU  
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2007**

Daniele Passos de Lima Albuquerque<sup>1</sup>  
Ahmad Saeed Khan<sup>2</sup>  
Patrícia Verônica P. S. Lima<sup>3</sup>  
Eveline Barbosa Silva Carvalho<sup>4</sup>

Área Temática: Economia Internacional.

<sup>1</sup>Economista. Mestre em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, [danielelima@yahoo.com.br](mailto:danielelima@yahoo.com.br), (85) 3253.6447/ 3101.4521.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo. Ph.D. Professor Titular do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, [saeed@ufc.br](mailto:saeed@ufc.br).

<sup>3</sup>Engenheira Agrônoma. Dra. Professora Adjunta do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará.

<sup>4</sup>Economista. Professora Ph.D.e Diretora Geral do Instituto de Economia e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, [eveline.barbosa@ipece.ce.gov.br](mailto:eveline.barbosa@ipece.ce.gov.br).

## A COMPETITIVIDADE EXTERNA DA AMÊNDOA DE CASTANHA DE CAJU BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1990 A 2007

**RESUMO:** Nas duas últimas décadas, o Brasil vem perdendo participação no mercado internacional de amêndoa de castanha de caju. Diante desse quadro e da importância econômica desse produto para o Estado do Ceará, busca-se analisar a competitividade das exportações da amêndoa de castanha de caju brasileira no período de 1990 a 2007. A metodologia utilizada compreende a análise dos indicadores de vantagem comparativa revelada (VCR), taxa de cobertura (TC), desempenho das exportações (DES) e modelo *constant market share* (CMS). A análise por indicadores mostra que o Brasil vem perdendo competitividade no período analisado, principalmente em relação aos seus dois principais concorrentes, Vietnã e Índia, mas ainda apresenta possibilidade de expansão comercial da ACC. O crescimento das exportações brasileiras de ACC é em grande parte derivado do crescimento do comércio mundial, pois os efeitos destino das exportações e efeito competitividade foram limitadores do aumento das exportações. Os resultados dos indicadores de competitividade analisados indicam que mesmo havendo aumento das exportações brasileiras de ACC, o Brasil vem perdendo competitividade externa, dada a lenta evolução de suas exportações frente aos seus principais concorrentes.

**Palavras-chave:** Competitividade, Exportações, Indicadores de Desempenho, Amêndoa de Castanha de Caju, Brasil.

**ABSTRACT:** In the last two decades, Brazil has been losing international market share almond cashew. Given this situation and the economic importance of the product to the state of Ceara, seeks to analyze the competitiveness of exports of cashew nut of Brazil from 1990 to 2007. The methodology encompasses the analysis of indicators of revealed comparative advantage (VCR), coverage rate (CR), export performance (DES) and model constant market share (CMS). The analysis of indicators shows that Brazil has been losing competitiveness in the period, especially in relation to its two main competitors Vietnam and India, but still has a possibility of commercial expansion of the ACC. The growth of Brazilian exports of ACC is largely derived from the growth of world trade, since the effects destination for exports and competitiveness were limiting effect of increasing exports. The results of the competitiveness indicators analyzed indicate that despite an increase in Brazilian exports of ACC, Brazil has been losing external competitiveness, given the slow evolution of its exports compared to its main competitors.

**Keywords:** Competitiveness, Exports, Imports, Performance Indicators, Almond Cashew Nuts, Brazil.

### 1. INTRODUÇÃO

Há uma diversidade de produtos gerados a partir do cajueiro, entretanto, é a amêndoa de castanha de caju que apresenta maior expressão econômica, destinando-se, principalmente ao mercado externo. Os demais produtos estão voltados basicamente ao atendimento da demanda interna.

A produção dessa oleaginosa é concentrada na região nordeste do país, sendo o Estado do Ceará o principal produtor nacional, respondendo, no ano de 2008, por 49,8% da produção de castanha de caju. Essa participação é ainda maior em anos sem registro de estiagem, como em 2002 e em 2006, nos quais o Ceará foi responsável por 62,3% e 53,6% da produção nacional, respectivamente (PAM/IBGE, 2010). Em 2009, a exportação cearense de amêndoa de castanha de caju totalizou US\$ 187,0 milhões, correspondendo a 80,7% do valor total exportado pelo Brasil desse produto (SISTEMA ALICEWEB/MDIC, 2010). Ao longo da década de 1990, a participação das exportações de ACC foi em média de 35,73% do valor total exportado pelo Estado do Ceará e de 0,32% do total exportado pelo Brasil. A partir da década de 2000, a representatividade desse produto começou a decrescer tanto no Ceará como no Brasil, apresentando, no período entre 2000 e 2009, médias de participação percentual de 16,33% e 0,17%, respectivamente. (SISTEMA ALICEWEB/MDIC, 2010). Em âmbito mundial, a partir da década de 2000, o Brasil começou a apresentar decréscimo em termos de fatia de mercado da ACC. Essa situação é evidenciada ao constatar-se que ao longo do período de 1990 a 2007, segundo dados da *Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO*, as exportações mundiais de ACC cresceram 304,5%, enquanto a participação percentual do Brasil nesse mercado passou de 24,3% para 13,3% entre esses dois anos (FAO, 2010).

Considerando a participação de um país no mercado mundial de um determinado produto como reflexo de sua competitividade, surgem aqui questionamentos sobre a evolução da competitividade da amêndoa de castanha de caju brasileira no mercado mundial e sobre quais os possíveis fatores que podem ter influenciado o desempenho exportador deste. As análises geradas neste estudo intencionam despertar nas instituições governamentais e privadas um olhar mais detalhado sobre o setor de forma a estabelecer políticas de estímulo a este. Dada a importância econômica dessa oleaginosa para o Estado do Ceará e a redução da fatia de mercado brasileira das exportações de ACC em âmbito internacional, objetiva-se analisar neste artigo a competitividade das exportações da amêndoa de castanha de caju brasileira no período de 1990 a 2007.

Além dessa introdução, o presente artigo compõe-se de quatro seções. A primeira aborda diferentes conceitos de competitividade, enquanto a segunda detalha a metodologia de análise. Na seção seguinte, são apresentados os principais resultados observados com o estudo e, por fim, as referências bibliográficas.

## **2. COMPETITIVIDADE EXTERNA**

Segundo Haguenuer (1989), a competitividade pode ser analisada sob a perspectiva do desempenho e da eficiência. O primeiro é um conceito *ex-post*, que avalia a competitividade através de seus efeitos sobre o comércio externo. Assim, firmas que aumentem sua participação na oferta internacional de determinados produtos são consideradas competitivas. Caracteriza-se como um conceito mais amplo de competitividade, pois expressa a influência dos vários fatores determinantes desta, tais como as condições de produção, políticas macroeconômicas, políticas setoriais de comércio e crédito, acordos internacionais, etc. O segundo é um conceito *ex-ante*, potencial, relativo às condições de produção, pois representa a capacidade de um país de produzir determinados bens com níveis de eficiência e qualidade iguais ou superiores aos dos seus concorrentes. A competitividade, por este conceito, está relacionada ao nível tecnológico utilizado na produção, à capacitação técnica da mão-de-obra, às economias de escala.

Para Porter (1989), no âmbito da indústria, a manutenção, no longo prazo, de um desempenho superior à média advém de uma vantagem competitiva sustentável, a qual, por sua vez, é decorrente de baixo custo ou de diferenciação. Numa ótica mais ampla, em seu *Vantagem Competitiva das Nações* (1993), Porter coloca a competitividade como a capacidade de um país desenvolver uma série de condições necessárias à possibilidade de competir em mercados internacionais. Essas condições vão além dos fatores de produção, envolvem também condições de demanda, estratégias, estrutura e rivalidade das empresas, influência das indústrias correlatas e de suporte. A atuação conjunta desses vários fatores determina o desempenho de empresas e/ou países no mercado internacional.

Em Kupfer (1994), a competitividade é definida como a capacidade da empresa elaborar e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam manter ou aumentar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Os fatores determinantes da competitividade são classificados em três dimensões: a empresarial, a estrutural e a sistêmica. Os fatores empresariais são internos à empresa e estão submetidos à esfera de decisão desta, à eficácia da gestão, ao estoque de recursos acumulados e às estratégias de ampliação destas por ela adotadas, à capacidade de aumentar sua vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, etc. Os fatores estruturais estão parcialmente sob a área de influência da empresa por estarem atrelados ao processo de concorrência, tais como, o comportamento do mercado, características dos produtos, características da indústria, tendências tecnológicas do setor quanto a produtos e processos. No caso da dimensão sistêmica da competitividade, os fatores influenciadores apresentam-se como externalidades para a empresa, como condicionantes político-institucionais (políticas tarifária, tributária, poder de compra do governo), legais (políticas de proteção à propriedade industrial, de meio ambiente), infraestruturais, sociais (qualificação da mão-de-obra, políticas educacional e trabalhista), macroeconômicos (taxa de câmbio, taxa de juros, crédito), e condições do mercado externo.

Rosa (2000) considera o mesmo conceito de competitividade apresentado em Kupfer (1994), salientando que a partir desse conceito amplo, pode-se analisar a competitividade sob as dimensões empresarial, estrutural e sistêmica, as quais ainda podem ser vistas cada uma sob as óticas do desempenho, da eficiência e da capacitação. Para cada uma dessas dimensões a competitividade pode ser analisada sob a ótica do desempenho, a qual se refere à participação da empresa no mercado. No caso do mercado internacional, são utilizados indicadores que avaliam a participação de uma empresa nesse comércio. Sob a ótica da eficiência são observados os preços e custos de produtos de uma empresa em relação a seus competidores, utilizando-se indicadores de produtividade absolutos ou relativos que possam refletir a situação existente. A capacitação envolve determinantes da competitividade associados a experiências acumuladas ao longo do tempo, à incorporação de inovações tecnológicas, à diferenciação do produto, à conquista de novos mercados, etc.

Conforme Juarez e Padilla (2007), no âmbito de uma região ou país, a competitividade está associada a ganhos de participação no comércio externo e à geração de valor agregado e de emprego, podendo ser determinada por vantagens competitivas estáticas, como a abundância de recursos naturais e de mão-de-obra, ou dinâmicas, como o melhoramento de produtos e novas formas de organização empresarial, que são fortemente estimuladas com o investimento em capital humano. Diante de constantes mudanças tecnológicas, a capacitação é considerada como um dos principais determinantes da competitividade, gerando não somente benefícios privados para as empresas, mas sociais.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

### 3.1. Metodologia

O conceito de competitividade adotado no presente estudo corresponde à capacidade de um país de manter ou aumentar sua participação no mercado internacional nas exportações de um determinado produto. Esse conceito está estreitamente relacionado ao desempenho de um país no comércio internacional. Para a análise da competitividade da amêndoa de castanha de caju brasileira, no período de 1990 a 2007, foram considerados os indicadores de competitividade como: vantagem comparativa revelada (VCR); taxa de cobertura (TC); desempenho das exportações (DES); e modelo *constant market share* (CMS), utilizados em estudos realizados por Hidalgo (2000), Silva, Anefalos e Filho (2001), Gasques e Conceição (2002), Rosa e Alves (2004), Vicente (2005), Viana, Silva, Lima e Leite (2006), Silva (2006), Carvalho e Araújo (2008), Boulhosa e Amin (2009).

#### a) Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

O indicador VCR revela se para a região analisada j, as exportações de um determinado produto i têm maior peso que para a região de referência k, considerando sua participação nas exportações totais da região de referência k. É expresso da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij}/X_{ik}}{X_j/X_k}$$

Onde:

$VCR_{ij}$ : é a vantagem comparativa revelada do produto i da região ou país j;

$X_{ij}$ : é o valor das exportações do produto i da região ou país j;

$X_{ik}$ : é o valor das exportações do produto i da região ou país de referência k;

$X_j$ : é o valor das exportações totais da região ou país j;

$X_k$ : é o valor das exportações totais da região ou país de referência k.

O  $VCR_{ij}$  pode variar de 0 a infinito. Se  $VCR_{ij} > 1$ , significa que o produto i da região j apresenta vantagem comparativa revelada em relação à região de referência k, ou seja, o produto i é mais representativo para a região j do que esta para a região de referência k. Se  $VCR_{ij} < 1$ , significa que o produto i da região j apresenta desvantagem comparativa revelada em relação à região de referência k, ou seja, o produto i é menos representativo para a região j do que esta para a região de referência k. No caso em que o  $VCR_{ij} = 1$ , a região j não apresenta vantagem ou desvantagem no comércio do produto i, sendo as necessidades internas de consumo do mesmo supridas pela produção local (VIANA, SILVA, LIMA e LEITE, 2006). Com o intuito de observar a evolução da participação das exportações de amêndoa de castanha de caju cearense e brasileira em relação a de seus principais concorrentes foram calculados, na seção referente aos resultados e discussão, o VCR para o Estado do Ceará em relação ao Rio Grande do Norte e ao Piauí e para o Brasil em relação aos seus cinco principais concorrentes internacionais.

#### b) Taxa de Cobertura (TC)

É um indicador utilizado para verificar o tipo de atuação de uma região ou país no comércio internacional de um determinado produto, ou seja, se a região ou país é comprador ou vendedor. A taxa de cobertura é expressa pela relação entre o valor das exportações e importações de um determinado produto i da região ou país j, num certo período de tempo.

$$TC_{ij} = X_i / M_i$$

Onde:

TC<sub>ij</sub>: é a taxa de cobertura do produto *i* da região ou país *j*;

X<sub>i</sub> : é o valor das exportações do produto *i* da região ou país *j*;

M<sub>i</sub> : é o valor das importações do produto *i* da região ou país *j*.

Se TC<sub>ij</sub> > 1, as exportações ultrapassam as importações do produto *i* da região ou país *j*, havendo, portanto, vantagem comparativa no comércio desse produto. Se TC<sub>ij</sub> < 1, as exportações são inferiores às importações do produto *i* da região ou país *j*, havendo, nesse caso, desvantagem comparativa no comércio desse produto. Conforme Hidalgo (2000), quando os indicadores de vantagem comparativa revelada e taxa de cobertura, para um determinado produto *i* de uma região *j*, têm valores superiores à unidade, considera-se esse produto como forte para a economia por ter maior potencial de comercialização. Esse indicador foi calculado para os três principais estados brasileiros exportadores de ACC, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, e para os principais exportadores mundiais dessa oleaginosa.

### c) Indicador de Desempenho das Exportações (DES)

Esse indicador mostra o desvio entre as exportações de um produto *i*, de uma região *j*, efetivamente realizadas para uma região *k*, no período *t*, e o que elas deveriam ter sido caso a região *j* tivesse mantido sua participação no mercado consumidor da região *k* no ano *t*<sub>0</sub> (SILVA, ANEFALOS, REIS FILHO, 2001). É calculado da seguinte forma:

$$DES_{jk}^{it} = X_{jk}^{it} - \left( X_{jk}^{it_0} \times \left( \frac{M_k^{it}}{M_k^{it_0}} \right) \right)$$

Sendo que:

$DES_{jk}^{it}$  : é o indicador de desempenho das exportações do produto *i* da região ou país *j* para a região ou país *k* no ano *t*;

$X_{jk}^{it}$  : é o valor das exportações do produto *i* no ano *t* da região ou país *j* para a região ou país *k*;

$X_{jk}^{it_0}$  : é o valor das exportações do produto *i* no ano *t*<sub>0</sub> da região ou país *j* para a região ou país *k*;

$M_k^{it}$  : é o valor das importações totais do produto *i* no ano *t* realizado pela região ou país *k*;

$M_k^{it_0}$  : é o valor das importações totais do produto *i* no ano *t*<sub>0</sub> realizado pela região ou país *k*.

O indicador de desempenho permite avaliar a evolução do comércio de um determinado produto junto ao seu mercado consumidor na região *k*. Quando  $DES_{jk}^{it} > 0$ , significa que o país *j* ganhou participação no mercado do país *k*, para o produto *i*, em relação ao período *t*<sub>0</sub>. Se  $DES_{jk}^{it}$  for negativo, há perda de participação no mercado consumidor *k* entre os períodos *t* e *t*<sub>0</sub> (CARVALHO ; ARAÚJO, 2008). Conforme Carvalho e Araújo (2008), que faz uma adaptação da matriz de competitividade de setores da economia de Fajnzylberg e Mandeng (1991), os indicadores de vantagem comparativa revelada e desempenho das exportações podem ser analisados conjuntamente com o objetivo de indicar a condição de competitividade do produto analisado para os países exportadores. Diante disso, os países exportadores de um determinado produto podem ter seu desempenho no comércio mundial classificado em quatro situações: (i) ótima, quando

o país é competitivo e tem desempenho exportador ascendente ( $VCR > 1$  e  $DES > 0$ ); (ii) oportunidades perdidas, em que o país é não competitivo e tem desempenho exportador ascendente ( $VCR < 1$  e  $DES > 0$ ); (iii) vulnerabilidade ou declínio, quando o país é competitivo, mas apresenta desempenho exportador descendente ( $VCR > 1$  e  $DES < 0$ ); e (iv) retrocesso, quando o país é não competitivo e tem desempenho exportador descendente ( $VCR < 1$  e  $DES < 0$ ). A partir do Indicador DES foi analisado o desempenho brasileiro frente aos seus principais mercados consumidores de ACC.

#### d) Modelo *Constant Market Share* (CMS)

O modelo CMS visa analisar o comportamento da participação de um país ou região no comércio mundial, identificando possíveis fatores influenciadores do desempenho de suas exportações em um determinado período. De acordo com Sereia *et. al* (2002), o pressuposto básico do modelo é que o país ou região mantém constante sua parcela no comércio mundial. Se houver variação na participação das exportações do país, ela é atribuída à competitividade, a qual é entendida como um fator mais abrangente, influenciador das oscilações das exportações. O Modelo *Constant Market Share* identifica a variação das exportações como decorrente de quatro efeitos: crescimento do comércio mundial; composição da pauta; destino das exportações; e, residual ou competitividade. Como no presente estudo é analisado o desempenho de um único produto, a amêndoa de castanha de caju, o efeito composição da pauta é nulo e, portanto, foi desconsiderado. A equação de CMS a ser utilizada é a seguinte:

$$\sum_k (V'_{ik} - V_{ik}) = \sum_k (r_i V_{ik}) + \sum_k (r_{ik} - r_i) V_{ik} + \sum_k (V'_{ik} - V_{ik} - r_i V_{ik})$$

Onde:

$(V'_{ik} - V_{ik})$  : é a variação efetiva total do valor das exportações do produto i da região j para o mercado k;

$V'_{ik}$  : é o valor das exportações do produto i da região j para o mercado k no período 2;

$V_{ik}$  : é o valor das exportações do produto i da região j para o mercado k no período 1;

$r_i$  : é a taxa de crescimento do valor das exportações mundiais do produto i, do período 1 para o período 2;

$r_{ik}$  : é a taxa de crescimento do valor das exportações mundiais do produto i para o mercado k, do período 1 para o período 2.

i) Efeito crescimento do comércio mundial  $\sum_k (r_i V_{ik})$

Corresponde ao incremento das exportações do produto i da região j devido ao aumento no comércio mundial desse mesmo produto. Representa o incremento verificado das exportações do produto i da região j, caso estas tivessem crescido à mesma taxa do comércio internacional.

ii) Efeito destino das exportações  $\sum_k (r_{ik} - r_i) V_{ik}$

Representa os ganhos ou perdas nas exportações do produto i devido ao fato de a região j exportar para mercados que cresceram a taxas superiores ou inferiores à média observada para todos os países. Através desse efeito, identifica-se o direcionamento das exportações para países mais ou menos dinâmicos.

$$\text{iii) Efeito competitividade } \sum_k (V'_{ik} - V_{ik} - r_i V_{ik})$$

Também conhecido como efeito contribuição ou efeito residual, representa os ganhos ou perdas nas exportações do produto *i* nos diferentes mercados devido aos ganhos ou perdas de competitividade, advindos seja da estrutura de preços e custos, da melhoria na qualidade do produto e/ou das condições de investimentos. Segundo Bonelli (1992, *apud* Coutinho; Ferraz, 1993), o efeito competitividade pode ser atribuído a vários fatores e não somente a preços relativos: a) aos aumentos temporários ou permanentes de preços de exportação (indicador de eficiência); b) à melhoria de qualidade; c) ao desenvolvimento de novas exportações; d) à eficiência de marketing ou ao financiamento das exportações; e) à habilidade e à rapidez no atendimento das encomendas, etc.

Para a realização da análise das exportações pelo Modelo *Constant Market Share*, pressupõe-se a especificação de períodos para uma comparação entre pontos discretos no tempo, os quais reflitam fatos marcantes que possam influenciar as exportações de uma região ou país (VIANA, SILVA, LIMA ; LEITE, 2006). Foram definidos os seguintes períodos de análise com o intuito de observar o impacto de alguns eventos sobre as exportações brasileiras de amêndoa de castanha de caju:

- Período 1 - de 1990 a 1994: introdução do cajueiro anão precoce no Estado do Ceará no ano de 1983, considerando que a produção comercial desse tipo de cajueiro ocorre a partir do quarto ano, mas a estabilidade da produção, ou seja, a plena produção se dá a partir do oitavo ano de plantio;

- Período 2 – de 1994 a 1998: caracterizado pela implementação do Plano Real e estabilização da economia brasileira atrelado a uma taxa de câmbio sobrevalorizada desestimulando as exportações;

- Período 3 - de 1999 a 2003: Vietnã ultrapassa o Brasil em termos de valor exportado da amêndoa de castanha de caju, inicialmente no ano de 1994 e depois a partir do ano de 2000. A partir desse período o Vietnã assume consecutivamente o segundo lugar no *ranking* mundial de exportações de amêndoa de castanha de caju deixando o Brasil como terceiro colocado;

- Período 4 - de 2003 a 2007: no qual se acentua a diferença entre Brasil e Vietnã quanto a valores e quantidades mundialmente exportadas de ACC.

### 3.2 Fontes de Dados

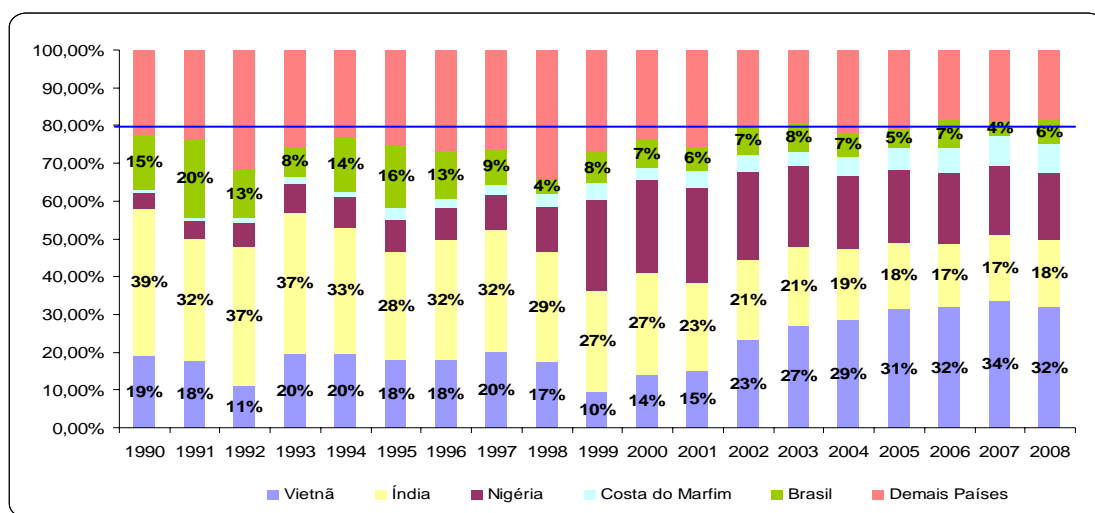
Os dados utilizados, referentes ao comércio exterior, têm periodicidade anual e foram obtidos junto ao Sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e Base de dados Estatísticos de Comércio das Nações Unidas (COMTRADE) para o período de análise, 1990 a 2007. Em relação aos possíveis fatores influenciadores da evolução das exportações brasileiras de ACC, foram analisadas as variações das taxas de câmbio dos três principais países exportadores desse produto, a partir das cotações médias mensais das moedas dos países em relação ao dólar americano, tendo como base dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil – BACEN. Os dados relativos à produção mundial foram obtidos junto à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Produção Agrícola Municipal (PAM). Pela disponibilidade de dados, algumas análises foram realizadas incluindo o ano de 2008.



## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Produção e Exportação Mundial de Castanha e Amêndoa de Castanha de Caju

A intensificação do cultivo do cajueiro, no Brasil, deu-se a partir do final da segunda guerra mundial, quando o LCC teve sua demanda deprimida, passando a ACC à condição de principal produto comercializado advindo do caju. A partir daí, o Brasil tem se posicionado dentre o grupo dos principais produtores mundiais de castanha de caju. Entre os anos de 1990 e 2008, a produção mundial de castanha de caju cresceu 407,2%, passando de 733,4 para 3.720,3 toneladas, resultando numa média de crescimento anual de 9,3% (FAO, 2010). Apesar de não ter havido uma maior desconcentração da produção entre os cinco maiores produtores e os demais países, pois nas duas últimas décadas a participação relativa destes cinco tem sido em torno dos 80,0%, houve uma inversão de posições que pode ser considerada relevante pelo fato de importantes e tradicionais países produtores perderem participação relativa nesse período (Gráfico 1).



**Gráfico 1 – Participação Percentual na Produção Mundial de Castanha de Caju – Cinco Principais Produtores e Demais Países – De 1990 a 2008.**

Fonte: FAO (2010).

Entre 1990 e 2008, o Brasil passa da terceira para a quinta posição no *ranking* mundial de maiores produtores, respondendo por apenas 6,4% da produção mundial, o equivalente a uma participação relativa 56% menor que a registrada no ano de 1990. A perda de posições brasileira, no período analisado, não decorre de decréscimos na produção, pelo contrário, o Brasil apresentou crescimento de 132,9%, verifica-se, entretanto, um acelerado crescimento da produção do Vietnã e Nigéria, os quais registraram variações de 750,4% e 2.100,0%, respectivamente, entre 1990 e 2008, levando-os a um melhor posicionamento em relação aos seus concorrentes (FAO, 2010). Internamente, identifica-se a região nordeste do Brasil como principal produtora, com 98,7% da produção em 2008, mantendo sua participação na produção nacional praticamente sem alteração entre 1990 e 2008. Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, apesar de serem os principais estados brasileiros produtores de CC, apresentaram, médias dos rendimentos médios (kg/ha) anuais no período de 1990 a 2007, inferiores às dos demais estados e à nordestina (exclusive o Rio Grande do Norte) (IBGE, 2010).

Em termos de exportações de amêndoa de castanha de caju, em 2007, os cinco principais exportadores mundiais (Vietnã, Índia, Brasil, Holanda e Alemanha) foram

responsáveis por mais de 90% do valor total exportado no mundo desse produto. Se comparada à participação dos cinco maiores exportadores, em 1990, que eram Índia, Brasil, Vietnã, Moçambique e Estados Unidos, a qual foi de 88,3%, pode-se dizer que houve um aumento na concentração das exportações de ACC entre 1990 e 2007. Outra mudança, nesse período, verifica-se em relação ao posicionamento dos países como principais exportadores mundiais. Enquanto o Vietnã passa a ser o maior exportador mundial de ACC, Índia e Brasil perdem posições passando a segundo e a terceiro maiores exportadores, apesar de registrarem crescimentos de 115,8% e de 122,2%, respectivamente, de suas exportações mundiais de ACC, entre 1990 e 2007 (FAO, 2010).

Essa evolução das exportações vietnamitas pode ser atrelada ao forte aparato governamental de estímulo à cultura do caju, à mão-de-obra barata, ao processamento manual e à rápida introdução de cultivares mais produtivas em seus pomares (cajueiro anão precoce), situação mais difícil para a Índia, cujo cultivo pioneiro (baseado em cajueiros tradicionais) tornou mais lenta a substituição por espécies mais produtivas.

No caso brasileiro, a substituição do cajueiro tradicional pelo anão precoce também tem sido estimulada, mas segue ainda de maneira lenta, combinada a um processamento predominantemente tradicional, mecanizado com baixo rendimento de amêndoas inteiras (USAID, 2006). A baixa produtividade da cajucultura no Brasil tem sido alimentada pela baixa remuneração do produtor, que tem ainda acesso a um crédito restrito, devido a necessidades de garantias por parte dos órgãos financiadores. Os conflitos na cadeia agroindustrial do caju, entre produtores, intermediários e processadores, em termos de margens e distribuição de ganhos, também podem ser apontados como influenciadores da perda de competitividade brasileira no mercado externo.

## **Análise dos Indicadores**

Como as exportações cearenses compõem grande parte das exportações brasileiras, analisam-se aqui mais focadamente os dados brasileiros pelo entendimento de que refletem em grande parte a situação cearense, além de tornar mais adequada a comparação da competitividade externa entre países. A análise dos indicadores de competitividade cearenses em relação aos demais estados produtores nacionais complementa a informação sobre a situação da competitividade da ACC brasileira identificando o posicionamento interno do maior produtor do país.

Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

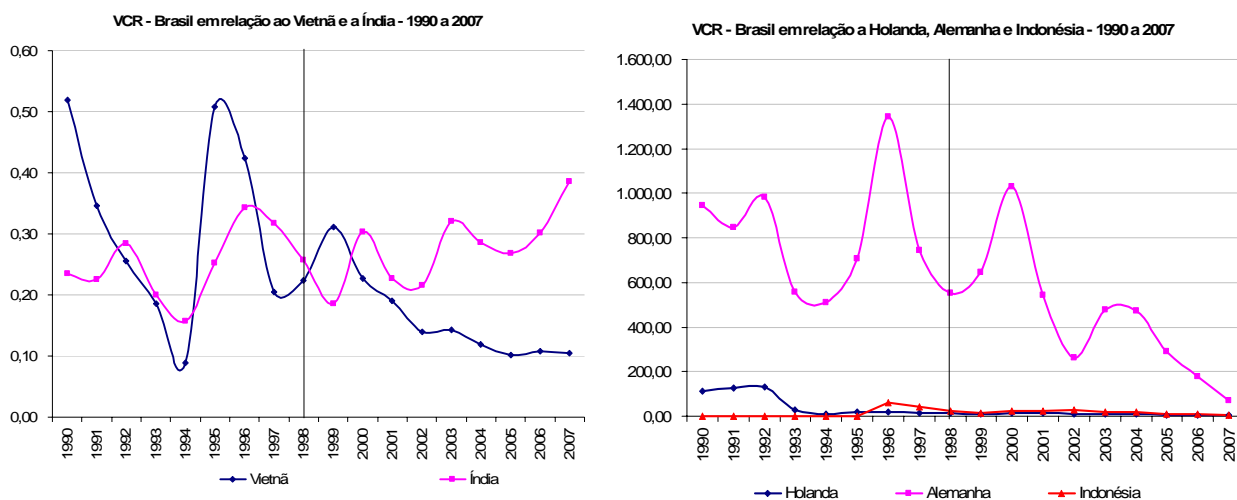
Os dados da tabela 1 revelam que, em âmbito internacional e ao longo de todo o período de 1990 a 2007, o Brasil apresentou desvantagem comparativa frente ao Vietnã e à Índia e vantagem comparativa em relação aos demais concorrentes. Com exceção da Índia, em relação à qual o Brasil apresentou desvantagem comparativa com gradativa recuperação dessa desvantagem nos últimos anos, para todos os outros concorrentes foi evidenciada uma tendência de intensificação da perda de competitividade ao longo do período em análise.

**Tabela 1 – Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas da ACC Brasileira em Relação aos seus Principais Concorrentes – 1990 a 2007.**

| Anos | Brasil |       |         |          |           | Ceará               |        |
|------|--------|-------|---------|----------|-----------|---------------------|--------|
|      | Vietnã | Índia | Holanda | Alemanha | Indonésia | Rio Grande do Norte | Piauí  |
| 1990 | 0,52   | 0,23  | 110,91  | 945,70   | -         | 1,97                | 4,86   |
| 1991 | 0,35   | 0,23  | 126,97  | 846,41   | -         | 1,50                | 32,88  |
| 1992 | 0,25   | 0,28  | 129,20  | 981,83   | -         | 1,36                | 8,39   |
| 1993 | 0,19   | 0,20  | 28,79   | 555,72   | -         | 1,90                | 37,51  |
| 1994 | 0,09   | 0,16  | 10,36   | 510,07   | -         | 1,46                | 263,62 |
| 1995 | 0,51   | 0,25  | 16,40   | 708,22   | -         | 1,72                | 75,65  |
| 1996 | 0,42   | 0,34  | 17,84   | 1.342,52 | 59,22     | 2,16                | 128,53 |
| 1997 | 0,20   | 0,32  | 16,34   | 744,82   | 44,26     | 2,37                | 9,10   |
| 1998 | 0,22   | 0,26  | 14,31   | 551,46   | 22,32     | 2,62                | 4,15   |
| 1999 | 0,31   | 0,19  | 10,59   | 645,13   | 11,91     | 1,83                | 2,29   |
| 2000 | 0,23   | 0,30  | 13,16   | 1.030,85 | 22,46     | 2,03                | 2,47   |
| 2001 | 0,19   | 0,23  | 12,01   | 540,45   | 22,17     | 1,64                | 1,27   |
| 2002 | 0,14   | 0,22  | 8,23    | 261,49   | 28,61     | 1,72                | 1,17   |
| 2003 | 0,14   | 0,32  | 11,16   | 478,00   | 19,18     | 1,73                | 1,06   |
| 2004 | 0,12   | 0,29  | 9,46    | 470,28   | 17,40     | 2,89                | 1,06   |
| 2005 | 0,10   | 0,27  | 5,93    | 288,35   | 10,28     | 1,37                | 1,31   |
| 2006 | 0,11   | 0,30  | 6,61    | 176,70   | 9,60      | 1,16                | 1,23   |
| 2007 | 0,10   | 0,39  | 6,09    | 72,13    | 6,73      | 1,48                | 1,76   |

Fonte: dados da pesquisa.

No período em análise, o Brasil apresentou crescimento dos valores exportados de ACC, entretanto não conseguiu manter a participação relativa desse produto em sua pauta de exportação, refletindo, dentre outros fatores, a política de estímulo à diversificação da pauta de exportações. Entretanto, na análise da trajetória internacional da ACC, outros fatores interferem nessa participação relativa, como as políticas de incentivo à cultura do caju com o objetivo de aumentar sua produtividade, mudanças na taxa de câmbio, a demanda mundial e as políticas de desenvolvimento da cultura em países concorrentes, por exemplo. Considerando os principais concorrentes internacionais, a partir de 1998, observam-se tanto a perda de participação relativa da ACC nas exportações totais do Brasil, quanto ganhos de participação relativa da ACC nas exportações totais do Vietnã. Também a partir de 1998, como a Índia, passou a apresentar participação relativa progressivamente menor a cada ano, verificou-se uma evolução da desvantagem comparativa brasileira em relação a este país menos acentuada do que para outros concorrentes. O aumento da desvantagem comparativa do Brasil frente a Holanda, Alemanha e a Indonésia, a partir do mesmo ano observado, deve-se tanto ao decréscimo de participação relativa da ACC brasileira, como de discretos aumentos das participações relativas desses três países (Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas da ACC Brasileira em Relação aos seus Principais Concorrentes – 1990 a 2007.**

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao Rio Grande do Norte e ao Piauí, o Ceará apresentou vantagem comparativa revelada para todo o período de análise, entretanto, na última década verificou-se perda de competitividade frente a esses dois estados. A perda de competitividade da ACC cearense em relação à potiguar deve-se mais à perda de participação relativa da amêndoa nas exportações totais cearenses. Em relação ao Piauí a perda acentuada ao longo do período deve-se tanto à perda de participação relativa da ACC cearense nas exportações totais quanto pelo aumento da participação da ACC nas exportações totais piauienses. Na última década, o Banco do Nordeste vêm aumentando o crédito concedido à atividade da cajucultura, com grande oferta ao Rio Grande do Norte e Piauí já há alguns anos e, mais expressivamente, entre os anos de 2005 e 2006. O Estado do Ceará passou a obter maior concessão de créditos, totalizando valores superiores aos outros dois estados somente a partir de 2008 (BNB, 2009). Essa talvez tenha sido uma das razões para a redução da vantagem comparativa revelada do Ceará frente a esses dois estados concorrentes. Para uma visualização mais particularizada da competitividade de cada um dos principais exportadores mundiais de ACC, segue a tabela 2 com a evolução dos indicadores de vantagens comparativas reveladas destes países em relação ao mundo.

**Tabela 2 – Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas da ACC dos Principais Exportadores Mundiais Selecionados em Relação ao Mundo - 1990 a 2007.**

| Anos | Brasil | Vietnã | Índia  | Holanda | Alemanha | Indonésia | Ceará    | Rio Grande do Norte | Piauí    |
|------|--------|--------|--------|---------|----------|-----------|----------|---------------------|----------|
| 1990 | 26,61  | 51,23  | 113,56 | 0,24    | 0,03     | 0,00      | 2.959,77 | 1.504,52            | 609,36   |
| 1991 | 26,74  | 77,24  | 118,66 | 0,21    | 0,03     | 0,00      | 2.601,25 | 1.734,36            | 79,12    |
| 1992 | 29,88  | 117,20 | 105,31 | 0,23    | 0,03     | 0,00      | 2.955,69 | 2.169,55            | 352,22   |
| 1993 | 21,35  | 114,98 | 106,44 | 0,74    | 0,04     | 0,00      | 2.577,51 | 1.353,59            | 68,71    |
| 1994 | 15,33  | 171,87 | 97,30  | 1,48    | 0,03     | 0,00      | 1.688,55 | 1.159,58            | 6,41     |
| 1995 | 25,65  | 50,56  | 101,33 | 1,56    | 0,04     | 0,00      | 2.989,59 | 1.736,61            | 39,52    |
| 1996 | 28,72  | 67,69  | 83,65  | 1,61    | 0,02     | 0,48      | 3.227,09 | 1.494,78            | 25,11    |
| 1997 | 23,49  | 115,16 | 73,85  | 1,44    | 0,03     | 0,53      | 3.116,98 | 1.316,24            | 342,59   |
| 1998 | 21,06  | 94,38  | 81,90  | 1,47    | 0,04     | 0,94      | 2.637,79 | 1.006,49            | 636,32   |
| 1999 | 17,85  | 57,35  | 96,48  | 1,69    | 0,03     | 1,50      | 1.881,03 | 1.025,45            | 822,63   |
| 2000 | 21,88  | 96,53  | 72,15  | 1,66    | 0,02     | 0,97      | 2.027,82 | 1.000,27            | 820,49   |
| 2001 | 16,56  | 86,78  | 72,72  | 1,38    | 0,03     | 0,75      | 1.432,41 | 872,81              | 1.126,89 |
| 2002 | 13,87  | 99,71  | 64,22  | 1,69    | 0,05     | 0,48      | 1.169,86 | 680,45              | 1.001,92 |
| 2003 | 16,70  | 116,67 | 52,05  | 1,50    | 0,03     | 0,87      | 1.225,67 | 707,49              | 1.153,81 |
| 2004 | 13,99  | 117,00 | 48,82  | 1,48    | 0,03     | 0,80      | 1.196,68 | 414,54              | 1.134,08 |
| 2005 | 11,15  | 109,13 | 41,51  | 1,88    | 0,04     | 1,08      | 1.032,25 | 751,53              | 787,81   |
| 2006 | 11,48  | 106,73 | 38,11  | 1,74    | 0,06     | 1,20      | 1.194,18 | 1.033,27            | 971,47   |
| 2007 | 11,60  | 111,41 | 30,02  | 1,91    | 0,16     | 1,73      | 1.297,29 | 873,74              | 738,33   |

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre os cinco principais exportadores mundiais, observa-se o Vietnã como o mais competitivo em termos de vantagens comparativas, além de sua evolução no período em análise, evidenciando a inversão entre os valores dos indicadores vietnamita e indiano. Holanda, Alemanha e Indonésia, apresentaram desvantagem competitiva na década de 1990, mas melhoraram seus indicadores alcançando vantagem comparativa na década de 2000, com exceção da Alemanha.

Situação inversa a esses três países apresenta o Brasil, que mesmo constituindo-se como o país com a terceira maior vantagem comparativa, vem durante as duas últimas décadas, constantemente perdendo competitividade. Apesar de haver fatores naturais como secas que prejudicam o seu desempenho em alguns anos da série, fica evidente que a perda de competitividade tem origem mais profunda que somente fatos conjunturais.

Os três estados brasileiros, maiores produtores de castanha de caju, apresentam altos valores para os indicadores de vantagem comparativa revelada em relação ao mundo, em função da representatividade da ACC ser bem maior nas exportações totais destes do que nas exportações mundiais.

Taxa de Cobertura (TC)

Em termos de cobertura de importações, o Vietnã posiciona-se em primeiro lugar, não registrando importações em todos os anos da análise, indicando seu posicionamento como um país eminentemente exportador de amêndoa de castanha de caju. O Brasil também segue a mesma condição, apresentando importações ocasionais registradas em 2003, 2004 e 2007. A Índia e a Indonésia também apresentam-se competitivas em relação à cobertura de suas importações, mesmo registrando importações a partir de meados da década de 1990 (Tabela 3).

**Tabela 3 – Indicador de Taxa de Cobertura - Principais Exportadores Mundiais Selecionados - 1990 a 2007.**

| Anos | Brasil    | Vietnã | Índia    | Holanda | Alemanha | Indonésia | Ceará    | Rio Grande do Norte | Piauí |
|------|-----------|--------|----------|---------|----------|-----------|----------|---------------------|-------|
| 1990 | -         | -      | -        | 0,20    | 0,08     | -         | -        | -                   | -     |
| 1991 | -         | -      | -        | 0,15    | 0,08     | -         | -        | -                   | -     |
| 1992 | -         | -      | -        | 0,13    | 0,06     | -         | -        | -                   | -     |
| 1993 | -         | -      | -        | 0,37    | 0,06     | -         | -        | -                   | -     |
| 1994 | -         | -      | -        | 0,60    | 0,05     | -         | -        | -                   | -     |
| 1995 | -         | -      | -        | 0,48    | 0,04     | -         | -        | -                   | -     |
| 1996 | -         | -      | 1,93     | 0,46    | 0,03     | 268,27    | -        | -                   | -     |
| 1997 | -         | -      | 1,70     | 0,40    | 0,03     | 1.883,00  | -        | -                   | -     |
| 1998 | -         | -      | 1,85     | 0,45    | 0,05     | 87,38     | -        | -                   | -     |
| 1999 | -         | -      | 52,88    | 0,52    | 0,09     | 54,18     | -        | -                   | -     |
| 2000 | -         | -      | 1.264,31 | 0,45    | 0,05     | 38,08     | -        | -                   | -     |
| 2001 | -         | -      | 7.973,67 | 0,42    | 0,06     | 30,20     | -        | -                   | -     |
| 2002 | -         | -      | 582,66   | 0,61    | 0,13     | 16,42     | -        | -                   | -     |
| 2003 | 14.991,71 | -      | 464,00   | 0,50    | 0,08     | 386,24    | -        | -                   | -     |
| 2004 | 30.311,16 | -      | 449,68   | 0,67    | 0,09     | 13,24     | -        | -                   | -     |
| 2005 | -         | -      | 362,73   | 0,64    | 0,08     | 1.214,64  | -        | -                   | -     |
| 2006 | -         | -      | 1.160,36 | 0,46    | 0,12     | 225,89    | -        | -                   | -     |
| 2007 | 6.390,87  | -      | 907,12   | 0,54    | 0,29     | 21,12     | 3.205,72 | -                   | -     |

Fonte: dados da pesquisa.

(-) O valor do indicador taxa de cobertura tende a infinito por não haver registro de importações de ACC pelo referido país no ano de análise.

Dentre os cinco principais exportadores mundiais de ACC, a Holanda e a Alemanha foram os países que apresentaram valores de taxas de cobertura inferiores a um, em todo o período analisado, indicando a prevalência de suas importações sobre as exportações desse produto, ou mais especificamente, que se posicionaram nesse mercado mais como compradores do que vendedores (Tabela 3).

Os estados brasileiros Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí também apresentaram, entre 1990 e 2007, competitividade em termos de cobertura de suas importações. Realizando a análise conjunta dos indicadores de vantagem comparativa revelada e taxa de cobertura observa-se que o Brasil, a Índia e o Vietnã apresentam pontos fortes em todo o período de análise revelando sua elevada competitividade no comércio mundial de amêndoa de castanha de caju.

Pela análise de “pontos fortes e fracos”, o Brasil, mesmo registrando redução de sua vantagem comparativa ao longo das duas últimas décadas, ainda apresenta possibilidade de expansão comercial. Diante de todos os problemas que permeiam a cadeia produtiva do caju e impactam em menor competitividade externa, essa informação torna-se estímulo para a modificação do quadro de estagnação da cultura, quer seja via aparato de políticas públicas quer seja via iniciativa organizada dos agentes componentes da cadeia (Tabela 4).

**Tabela 4 – Pontos Fortes e Fracos - Principais Exportadores Mundiais Selecionados - 1990 a 2007.**

| Anos | Brasil | Vietnã | Índia | Holanda | Alemanha | Indonésia | Ceará | Rio Grande do Norte | Piauí |
|------|--------|--------|-------|---------|----------|-----------|-------|---------------------|-------|
| 1990 | Forte  | Forte  | Forte | Fraco   | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1991 | Forte  | Forte  | Forte | Fraco   | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1992 | Forte  | Forte  | Forte | Fraco   | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1993 | Forte  | Forte  | Forte | Fraco   | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1994 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1995 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1996 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1997 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1998 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 1999 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Forte     | Forte | Forte               | Forte |
| 2000 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 2001 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 2002 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 2003 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 2004 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Neutro    | Forte | Forte               | Forte |
| 2005 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Forte     | Forte | Forte               | Forte |
| 2006 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Forte     | Forte | Forte               | Forte |
| 2007 | Forte  | Forte  | Forte | Neutro  | Fraco    | Forte     | Forte | Forte               | Forte |

Fonte: dados da pesquisa.

A Holanda e a Alemanha não se apresentam competitivas no comércio externo de ACC, pois suas exportações desse produto constituem-se como pontos fracos e neutros, enquanto a Indonésia começou a apresentar uma condição de ponto forte apenas nos últimos três anos do período.

Os estados brasileiros Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí apresentaram-se competitivos no comércio externo de ACC, em todos os anos analisados, constituindo-se como pontos fortes as exportações desse produto.

#### Indicador de Desempenho das Exportações (DES)

Considerando-se o ano base 1990, observa-se, a partir dos dados da tabela 5, que o Brasil perdeu participação nos mercados americano, canadense, italiano e holandês, na maioria dos anos analisados. Para os Estados Unidos e o Canadá a evolução dos indicadores progressivamente mais negativos, a partir da década de 2000, revela uma piora do desempenho brasileiro nesse mercado quando comparado ao ano base. Para o mercado italiano, o Brasil oscilou entre alguns anos com ganhos e, em outros, perdas de mercado, encerrando o período, em 2007, com ganhos de participação de mercado no comércio de ACC. Para a Holanda o Brasil apresentou perdas de participação de mercado em todos os anos da análise. Os valores positivos do Líbano, significam que, para esse país, especificamente, o Brasil têm apresentado ganhos de participação de mercado em relação ao ano base.

**Tabela 5 – Indicador de Desempenho das Exportações – Principais Países de Destino das Exportações Brasileiras de ACC – Valores em US\$ - 1990 a 2007.**

| Anos | Estados Unidos | Canadá      | Líbano    | Itália     | Holanda     |
|------|----------------|-------------|-----------|------------|-------------|
| 1990 | -              | -           | -         | -          | -           |
| 1991 | -508.095       | 1.512.201   | -294.371  | -270.982   | -1.645.798  |
| 1992 | 24.212.578     | 3.790.733   | 895.106   | 97.864     | -1.974.198  |
| 1993 | 4.700.735      | -58.750     | 541.145   | 269.725    | -4.312.259  |
| 1994 | -15.672.948    | -492.117    | 1.376.424 | 198.347    | -8.303.627  |
| 1995 | 25.977.444     | 3.976.191   | 1.582.224 | 9.094      | -8.767.454  |
| 1996 | 22.167.954     | 4.735.530   | 1.394.666 | 193.479    | -11.005.492 |
| 1997 | 8.959.380      | 1.482.660   | 1.291.173 | -778.292   | -9.000.121  |
| 1998 | -5.085.520     | 1.541.051   | 1.713.179 | -1.056.021 | -9.057.053  |
| 1999 | -40.951.896    | -1.352.150  | 386.193   | -1.597.235 | -15.264.284 |
| 2000 | -24.919.798    | -2.466.727  | 743.953   | -1.198.288 | -14.810.171 |
| 2001 | -38.211.046    | -5.698.296  | 792.596   | -1.313.088 | -11.803.677 |
| 2002 | -50.296.802    | -6.109.564  | 1.278.226 | -867.347   | -9.027.997  |
| 2003 | -31.531.604    | -6.670.295  | 1.240.446 | -224.090   | -16.415.359 |
| 2004 | -58.807.474    | -9.998.426  | 2.158.834 | -245.034   | -16.594.287 |
| 2005 | -70.804.894    | -10.473.770 | 2.592.269 | -1.286.093 | -22.251.444 |
| 2006 | -46.313.944    | -10.990.564 | 2.339.979 | -742.565   | -27.433.740 |
| 2007 | -51.687.937    | -4.791.173  | 3.436.405 | 2.183.369  | -27.405.483 |

Fonte: dados da pesquisa.

Considerando a análise conjunta do indicador de vantagem comparativa revelada<sup>1</sup> brasileiro em relação ao mundo com o de desempenho exportador brasileiro frente aos seus principais mercados consumidores, verifica-se que para os Estados Unidos, Canadá e Holanda, o Brasil apresenta-se em situação de vulnerabilidade, pois apresenta-se competitivo, mas perdendo participação de mercado, enquanto para o Líbano e a Itália, sua situação é ótima, sendo competitivo e ganhando participação de mercado (Tabela 6).

**Tabela 6 – Situação do Brasil – Análise conjunta VCR e DES - Principais Países de Destino das Exportações Brasileiras de ACC.**

| Itens    | Estados Unidos  | Canadá          | Líbano | Itália | Holanda         |
|----------|-----------------|-----------------|--------|--------|-----------------|
| VCR      | >1              | >1              | >1     | >1     | >1              |
| DES      | <0              | <0              | >0     | >0     | <0              |
| Situação | vulnerabilidade | vulnerabilidade | ótima  | ótima  | vulnerabilidade |

Fonte: dados da pesquisa.

### Modelo *Constant Market Share* (CMS)

Os dados da tabela 7, referentes ao período de 1990 a 1994, revelam que se o Brasil tivesse aumentado suas exportações de ACC à mesma taxa de crescimento do comércio mundial desse produto, que foi de 69,4%, teria uma variação positiva de US\$ 70 milhões nos valores exportados. Observa-se, entretanto um discreto crescimento das exportações brasileiras bastante influenciado pelas perdas de competitividade e pelo direcionamento destas a países que apresentaram demanda menos dinâmica que a maioria. Pode-se dizer que a estabilidade da produção comercial dos campos de cajueiro anão precoce implantados na década de oitenta não foi suficiente para resultar em maiores exportações por aumento de produtividade, impactando em maior competitividade externa. O adicional de produtividade no cultivo desses cajueiros ainda hoje é pequeno, em virtude de sua reduzida participação nos pomares brasileiros.

De 1994 a 1998, registra-se crescimento das exportações brasileiras de ACC, com ganhos de competitividade e ganhos advindos da destinação destas a países com demanda dinâmica. Isso é reforçado pelo fato de o Brasil ter aumentado suas exportações da amêndoa em proporções superiores às mundiais. O efeito de maior contribuição nesse sub-período foi o de competitividade, que foi responsável por 54,9% da variação positiva das exportações (Tabela 7).

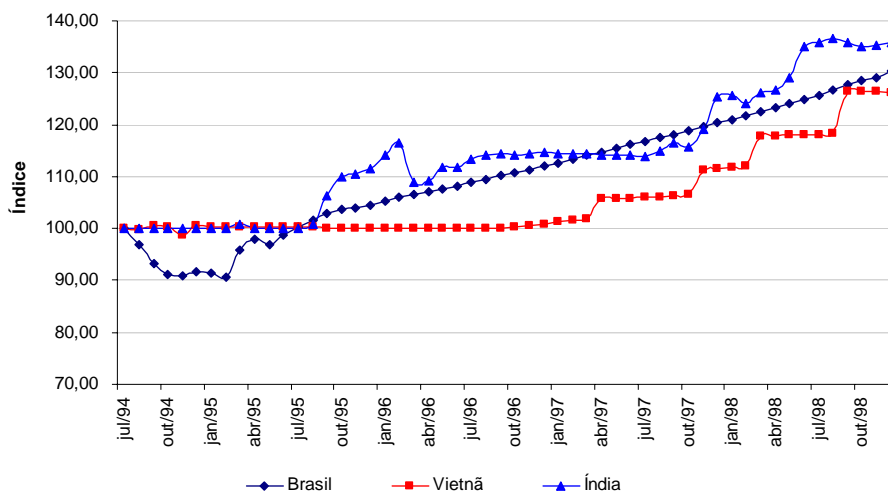
Como esse efeito competitividade, reflete condições microeconômicas do negócio analisado, como as de preços e custos que impactam na competitividade do comércio externo dos países, ou macroeconômicas que reflitam-se em menor eficiência econômica e/ou produtiva para os produtos comercializados, destaca-se nesse período um fato marcante que pode ter influenciado as exportações de ACC brasileiras: a implementação do Plano Real no ano de 1994, que deu-se com a concomitante valorização da nova moeda, o Real, frente ao dólar. Até o final do ano de 1994 a tendência foi de valorização da taxa de câmbio até iniciar-se um processo de minidesvalorizações chegando à paridade de um para um em junho de 1996. Essa política de minidesvalorizações ocorreu até o início de 1999. Entre 1994 e 1998, o Real manteve-se valorizado frente ao dólar, desestimulando as exportações, entretanto, para as exportações brasileiras de ACC, o impacto maior parece ter sido no ano de 1994, quando sofreram uma redução de 8,9% em relação ao ano anterior, enquanto nos três anos posteriores, de 1995 a 1997, o que se

<sup>1</sup> O Indicador de Vantagem Comparativa Revelada considerado refere-se ao do Brasil em relação ao mundo, que, conforme a tabela 2 foi superior a 1 em todos os anos desde 1990 até 2007.

observa é uma recuperação das exportações desse produto, voltando novamente em 1998 a uma relativa estagnação.

Deve ser aqui acrescentado que se forem comparadas as evoluções das variações cambiais brasileira e as de seus dois principais concorrentes, Vietnã e Índia, observa-se que até meados de 1995 o Brasil apresentou valorizações cambiais bem maiores que a desses dois países, diminuindo sua competitividade frente a esses. Isso é evidenciado pela redução do indicador de VCR brasileiro em relação a esses concorrentes do ano de 1994 em comparação ao de 1993. Nos anos posteriores, até 1997, verifica-se uma recuperação nos valores desse indicador tanto em relação ao Vietnã, quanto à Índia. Pelo gráfico 23, observa-se que o Brasil apresenta maior desvalorização cambial, ainda que “mini”, em relação ao Vietnã a partir de meados de 1995 e em períodos alternados em relação à Índia. No ano de 1998, tanto Vietnã quanto Índia apresentaram desvalorizações cambiais em ritmos superiores aos verificados para o Brasil, o que é compatível com a redução do VCR brasileiro em relação a estes no mesmo ano, indicando perda de competitividade das exportações brasileiras de ACC frente a esses dois concorrentes.

Esse sub-período é bem característico em termos de perdas de competitividade brasileira derivadas da valorização cambial, entretanto, independentemente do período específico de análise pós Plano Real, vários estudos sobre a cadeia do caju, dentre eles Junior (2008), indicam a influência negativa da valorização cambial sobre as exportações brasileiras de ACC. Segundo Magalhães (2002, *apud* Viana, 2004), as políticas econômicas implantadas com o Plano Real, como as altas taxas de juros e o câmbio sobrevalorizado, foram desfavoráveis ao comércio internacional, mas que apesar das dificuldades, o agronegócio conseguiu mais que duplicar as suas exportações líquidas nesse período. Daí entende-se, portanto, que a valorização da taxa de câmbio, no período pós Plano Real, exerceu um impacto negativo sobre as exportações do agronegócio, diminuindo a celeridade de seu crescimento, sem, contudo, ser suficiente para impedir seu crescimento.



**Gráfico 3 – Índice das Variações das Taxas de Câmbio – Brasil, Vietnã e Índia – 1994 a 1998.**

Fonte: BACEN (2010). Índice calculado pelo autor a partir das taxas de câmbio das moedas dos países em relação ao dólar americano – média mensal. Mês base é julho de 1994.

Entre 1999 e 2003, verificou-se crescimento das exportações brasileiras de ACC, derivadas muito mais do efeito destino das exportações do que dos efeitos de competitividade e de crescimento do comércio mundial. Esse último efeito mostra que,



para esse período, se o Brasil tivesse crescido à mesma taxa que o mundo, suas exportações teriam diminuído, em função do decréscimo da demanda mundial de quase 6%. Nesse período, os ganhos obtidos com o início do processo de diversificação dos destinos das exportações brasileiras evitaram decréscimos das exportações devido à retração da demanda mundial (Tabela 7). O efeito competitividade negativo, pode estar refletindo um fato marcante nesse sub-período que é a perda de posição do Brasil no *ranking* mundial de maiores exportadores de ACC, quando é superado pelo Vietnã no ano de 2000.

No período de 2003 a 2007, registra-se crescimento das exportações brasileiras de ACC, influenciadas pelo crescimento do comércio mundial. Tanto o efeito destino das exportações quanto o efeito competitividade impactaram negativamente sobre as exportações brasileiras de ACC, apresentando-se o primeiro em maior proporção (Tabela 7). Entre 2003 e 2007, acirra-se o distanciamento entre o Brasil e o Vietnã, em termos de valores exportados de amêndoa de castanha de caju, chegando este último país, em 2007 à posição de maior exportador mundial enquanto o Brasil manteve sua terceira colocação no *ranking*. Enquanto o crescimento do comércio mundial verificado no período foi aproveitado pelo Vietnã, com a conquista de novos mercados e aumentos de participação nos já existentes, o mesmo não se observa para o Brasil, que cresceu a uma taxa inferior à mundial.

**Tabela 7 – Fontes de Crescimento das Exportações de ACC – Brasil - 1990 a 2007.**

| Fontes de Crescimento                  | Crescimento (US\$ 1000 FOB) |           |           |            |             | Participação no crescimento (%) |           |           |           |           |
|--|-----------------------------|-----------|-----------|------------|-------------|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|  | 1990-1994                   | 1994-1998 | 1999-2003 | 2003-2007  | 1990-2007   | 1990-1994                       | 1994-1998 | 1999-2003 | 2003-2007 | 1990-2007 |
| Efeito crescimento do comércio mundial | 70.297,89                   | 3.172,81  | -8.212,62 | 128.436,41 | 308.444,50  | 888,52                          | 9,59      | -507,08   | 164,34    | 255,86    |
| Efeito destino das exportações         | -39.467,43                  | 11.737,66 | 10.273,09 | -40.979,08 | -112.880,71 | -498,84                         | 35,47     | 634,30    | -52,44    | -93,63    |
| Efeito competitividade                 | -22.918,65                  | 18.183,34 | -440,87   | -9.305,95  | -75.009,37  | -289,68                         | 54,94     | -27,22    | -11,91    | -62,22    |
| Crescimento total                      | 7.911,81                    | 33.093,81 | 1.619,60  | 78.151,38  | 120.554,41  | 100,00                          | 100,00    | 100,00    | 100,00    | 100,00    |
| Tx. Crescimento Mundial (%)            | 69,40                       | 2,91      | -5,78     | 89,38      | 304,52      |                                 |           |           |           |           |
| Tx. Crescimento Exp. Brasil (%)        | 7,87                        | 30,56     | 1,16      | 56,64      | 122,45      |                                 |           |           |           |           |

Fonte: dados da pesquisa.

No período total, 1990 a 2007, o Brasil apresentou variação positiva de suas exportações da amêndoa, resultante, principalmente, do crescimento do comércio mundial nesse período. Os destinos das exportações brasileiras e a competitividade foram fatores limitadores do aumento das exportações, apesar de sua contribuição positiva em alguns sub-períodos. Ao longo do horizonte de tempo analisado, não se viu uma drástica redução das exportações que caracterizasse uma situação de declínio do comércio de ACC, entretanto, a evolução em ritmo estagnado das exportações desse produto, principalmente se comparado aos demais maiores exportadores, leva à preocupação em relação ao futuro da amêndoa brasileira no mercado internacional (Tabela 7).

## 5. CONCLUSÕES

A análise da competitividade das exportações da amêndoa de castanha de caju brasileira no período de 1990 a 2007 revela que o Brasil, apesar de ainda posicionar-se dentre os maiores exportadores mundiais de ACC, vem progressivamente perdendo competitividade. De segundo maior exportador mundial em 1990, passou a terceiro maior em 2007, como resultado de um crescimento das exportações inferior ao verificado para o mundo.

A evolução do indicador de vantagem comparativa revelada no período de análise evidencia a perda de competitividade em relação ao mundo, e a desvantagem competitiva em relação aos seus dois principais concorrentes, o Vietnã e a Índia. Confrontando os indicadores de vantagem comparativa revelada e taxa de cobertura observa-se que o Brasil ainda apresenta possibilidade de expansão comercial de ACC, mesmo registrando redução de sua vantagem comparativa ao longo das duas últimas décadas. O indicador de desempenho das exportações revela que, em relação ao ano base 1990, o Brasil perdeu participação em quatro dos seus cinco principais destinos: os Estados Unidos, o Canadá, a Itália e a Holanda, na maioria dos anos analisados. Da análise das fontes de crescimento do Modelo *Constant Market Share* verificou-se que o crescimento das exportações brasileiras de ACC no período de 1990 a 2007, é em grande parte derivado do crescimento do comércio mundial, pois os efeitos destino das exportações e efeito competitividade foram limitadores do aumento das exportações, apesar de suas contribuições positivas em alguns sub-períodos. Os resultados dos indicadores de competitividade analisados indicam que mesmo havendo aumento das exportações brasileiras de ACC, o Brasil vem perdendo competitividade externa, dada a lenta evolução de suas exportações frente aos seus principais concorrentes.

O aumento de participação dos concorrentes brasileiros no comércio mundial é reflexo de políticas governamentais calcadas na busca por maior produtividade dos pomares, no apoio financeiro e capacitação aos produtores, nas melhorias de técnicas de processamento da castanha. Diante de tais constatações, reafirma-se a necessidade de priorização de políticas de aumento da produtividade do cajueiro e de melhor aproveitamento da castanha no processamento, com melhoramentos não somente tangíveis (técnicas e cultivares), mas também intangíveis, como a formação do agricultor em técnica agrícola, gerencial e de mercado, para alcançar uma maior agregação de valor à amêndoa de castanha de caju nacional e, assim, conquistar novos mercados consumidores, além de recuperar aqueles que vêm paulatinamente sendo perdidos.

Pode-se aqui citar, em âmbito estadual, por exemplo, a existência de programas voltados à cajucultura, mas que são executados em outros programas de governo, cujos objetivos e público-alvo são mais abrangentes, tornando o monitoramento de suas ações pulverizado e prejudicando a avaliação de seus resultados efetivos. Dessa forma, sugere-se a implementação de um programa de governo específico para o desenvolvimento da cultura do caju, com foco, principalmente, na disseminação de cultivares mais produtivas nos pomares cearenses, mas de forma mais intensificada que a atualmente existente. Esse programa deveria contemplar dentre outras ações uma de apoio financeiro por parte dos bancos de fomento compatível com o tempo necessário para a plena transição dos pomares menos para os mais produtivos, havendo acompanhamento e orientação permanente ao agricultor no gerenciamento dos recursos disponibilizados durante esse período. Sugere-se ainda o fortalecimento dos grupos de estudo hoje existentes sobre a cultura do caju e as entidades representantes dos agentes envolvidos na cadeia produtiva, dentre os quais podem ser citadas a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cajucultura instituída pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e a Associação dos Cajucultores do Estado do Ceará - ASCAJU, constituindo-se como veículos de

disseminação de informações, principalmente entre os produtores, de forma a diminuir a assimetria de informações relativas ao mercado externo, à prática de preços e seu repasse aos agricultores, visando o aumento da renda nesse seguimento e a atração de investidores para a cultura.

Espera-se que esse estudo possa servir de estímulo para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas para o desenvolvimento da cultura do caju. Uma cultura que, apesar de permeada por problemas de diversas ordens ainda consegue posicionar bem o Brasil no mercado externo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. **Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais**. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

BOULHOSA, R. L. M. ; AMIN, M. M. **Uma análise da posição competitiva do Brasil no mercado internacional de abacaxi *in natura***. Palestra SOBER Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/12/03O163.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/03O163.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2009.

CARVALHO, R. M.; ARAÚJO, R. A. Vantagens comparativas e desempenho das exportações do setor pesqueiro brasileiro no mercado norte-americano. Rio Branco: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46. Acre. **Anais...Acre: SOBRE**, 2008.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J.C. (Coord.). ECIB: Estudo da competitividade da indústria brasileira. IE/UNICAMP - IEI/UFRJ - FDC – FUNCEX: Campinas, 1993.

COMTRADE – United Nations Commodity Trade Statistics Database Statistics Division. Disponível em: <[comtrade.un.org](http://comtrade.un.org)>. Acesso em 14 jan. 2010 e 01 de jun. 2010.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. FAOSTAT - **Sistema de Dados Estatísticos**. Disponível em: <[www.fao.org](http://www.fao.org)>. Acesso em: 14 jan. 2010.

GASQUES, J. G. ; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Indicadores de competitividade e de comércio exterior da agropecuária brasileira**. Brasília: IPEA, setembro de 2002 (Texto para Discussão, n. 908).

HAGUENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas**. Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989. Texto para Discussão n. 211.

HIDALGO, Á. B. Exportações do nordeste do Brasil: crescimento e mudança na estrutura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n. especial, p.560-574, nov. 2000.

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística. PAM – **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 14 jan. 2010.

JUÁREZ, M. ; PADILLA, R. Efectos de la capacitación em la competitividad de la industria manufacturera. **Revista de La CEPAL, Local**, n. 92, ago. 2007.

KUPFER, D. Competitividade da indústria brasileira: Visão de conjunto e tendências de alguns setores. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES; maio-ago. 1994.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. ALICEWeb – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet Disponível em <aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 14 jan. 2010.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROSA, A L.T. **Indústria nordestina sob a ótica da competitividade sistêmica**. Fortaleza: EUFC/SUDENE/ACEP, 2000.

ROSA, T. D. L. ; ALVES, A. F. Comércio Exterior de Produtos Agrícolas do Estado do Paraná de 1998 a 2001; Análise de Vantagens Comparativas e do Padrão de Comércio. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa/MG, v.2, n.2, p.183-208, 2004.

SEREIA, V. J. ; NOGUEIRA, J. M. ; CAMARA, M. R. G. As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 45-59, jul./dez. 2002.

SILVA, E. A. **Competitividade das exportações de plantas vivas e produtos de floricultura do ceará e do brasil no período de 1998 a 2004**. 71f. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006

SILVA, V. ; ANEFALOS, L. C. ; REIS FILHO, José C. G. R. Indicadores de competitividade internacional dos produtos agrícolas e agrindustriais brasileiros, 1986-1998. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 48, n.1, p. 69-87, 2001.

USAID – United States Agency International Development, 2006.

VIANA, S. S. A. ; SILVA, L. M. R.; LIMA, P. V. P. S.; LEITE, L. A. S. Competitividade do Ceará no mercado internacional de frutas: o caso do melão. **Revista Ciência Agrônômica**, Fortaleza, v.37, n.1, p.25-31, 2006.

VIANA, S. S. A. **Competitividade do agronegócio cearense no mercado internacional: o caso amêndoa de castanha de caju, do melão e do camarão**. 82f. .2004. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 004.

VICENTE, J. R. Competitividade do Agronegócio Brasileiro, 1997-2003. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v.52, n.1, p. 5-19, jan/jun. 2005.